

Advertência!

O sr. presidente da República deve atentar para alguns fatos que não só podem abalar a imagem que vem construindo, laboriosamente, ao longo destes meses, perante a opinião pública, mas também comprometer todos os esforços que, sinceramente, vem dedicando ao resgate das imensas dívidas que, a seu ver, o País de hoje tem com aqueles mais pobres e marginalizados no processo social:

1. as medidas de caráter social que foram anunciadas ontem correm o risco de não ter, da parte da população, a acolhida esperada, pela simples e boa razão de que o povo perdeu a confiança no governo;

2. ao decidir que a correção monetária e a dos salários, no mês de dezembro, será de 11,5%, e não de 15%, como foi o aumento da inflação estimado pela Fundação Getúlio Vargas, o governo alienou a credibilidade popular, a dos pequenos, médios e grandes investidores e também a dos empresários. Quando as autoridades monetárias alteram a seu talante — para favorecer o Estado — os critérios que regem o contrato tácito que fundamenta a atividade econômica num sistema de mercado, essas autoridades correm o risco do descredito, o qual se transfere para o chefe do Executivo, feito responsável pelo logro praticado contra humildes poupadões ou grandes investidores. A economia de mercado, convença-se s. exa. o sr. presidente da República, só pode funcionar se existir nos atos dos seus agentes e nas ações governamentais a característica fundamental da previsibilidade, a qual decorre da racionalidade das ações. A política monetária do governo Sarney distingue-se, a partir da última quarta-feira, pela irracionalidade; ela precipita, dessa maneira, toda a economia brasileira no caminho sem retorno do desconhecido;

3. a oligarquia que controla as estatais acaba de vibrar o grande e decisivo golpe no Poder do Estado brasileiro. Aparentemente, o Executivo está disposto a pôr ordem na casa, determinando a redução de 10% dos gastos com pessoal nas estatais. Note-se, porém, que essa redução se aplica apenas às "entidades típicas do governo (...)", que, na maior parte dos casos, prestam serviços tipicamente estatais". Serviços tipicamente estatais são os de educação, saúde e segurança. As entidades estatais que realizam operações econômicas ou mercantis não parecem ter sido atingidas pelas medidas de con-

tenção de gastos com pessoal. Mais ainda, se o sr. presidente da República imagina que seu programa de desestatização e privatização da economia retirará o Estado do controle da economia brasileira, engana-se, ou foi iludido: o documento oficial (resumo dos atos que integram este malsinado pacote) diz, textualmente, que o "Estado concentrará seus esforços nos setores de petróleo, energia, aço, transporte e telecomunicações, absolutamente indispensáveis ao avanço da livre iniciativa". Ademais, a oligarquia impôs também sua ideologia ao programa de privatização: apenas grupos controlados por brasileiros poderão comprar o controle acionário de empresas públicas. Expulsar o capital estrangeiro de setores que não são monopólio constitucional ou legal do Estado nem pertencem às áreas em que o Estado pretende concentrar suas atividades empresariais é favorecer o nacional-oligarquismo e abrir caminho para atritos indesejáveis com governos amigos, que vêm com apreensão o avanço do espírito triunfalista na gestão da coisa pública brasileira.

Essas advertências, que fazemos com o intuito da mais alta colaboração com o presidente da República, não podem concluir-se sem a análise do processo de irracionalidade que está inviabilizando a economia de mercado no Brasil, e por via de consequência a democracia. Esse processo não se instalou apenas no Poder Executivo, mas especificamente na área econômica; passou a fazer parte também do Congresso Nacional, onde o desconhecimento das coisas e o espírito xenófobo, que já não tem mais a ampará-lo o projeto de Grande Potência do autoritarismo, tomaram conta de quantos teriam a obrigação de impedir o Executivo de conduzir a economia ao desastre.

O clima em que o sr. Dílson Funaro expôs sua decidida e heróica resistência aos reclamos do Fundo Monetário Internacional dir-se-ia semelhante àquele em que o sr. Leonel Brizola, em 1961, incitava a opinião pública a resistir aos ministros militares; ou, depois, a apoiá-lo em sua insensata decisão de encampar a *American Foreign Power Co.* — Amforp. Nunca se viu, desde 1964, espetáculo tão próximo do histerismo patriótico, como este de deputados do PMDB e do PFL aplaudindo o ministro que resistiu à restauração do DL nº 2.065 (o do arrocho salarial) e que teve a coragem de dizer ao sr. de Laro-

sière que nunca mais enviasse missões técnicas ao Brasil. Da mesma maneira, nunca houve, desde o presidente Kubitschek, presidente da República que mandasse seu ministro resistir às pressões do FMI. Jamais se teve notícia de um ministro da Fazenda dirigir-se a deputados tomados de um forte sentimento de virilidade nacional, para dizer que reunira os banqueiros credores em Seul e lhes comunicara que não aceitaria imposições ou pressões (havendo a reparar, neste último caso, que há seguros indícios de que o sr. Funaro se recusou a falar com os mesmos banqueiros na capital da Coréia do Sul).

É o clima maniqueísta em que se exalta a vitória contra as forças das trevas. Um ponto, porém, foi esquecido: dentro em breve, se ainda houver tempo, o sr. Fernão Bracher, presidente do Banco Central, solidário com as medidas tomadas anteontem, deverá estar com os banqueiros para discutir a renovação dos créditos de curto prazo, indispensáveis ao prosseguimento do comércio de exportação e à continuidade das operações dos bancos brasileiros (privados e oficiais) no Exterior. Situação constrangedora, a do delegado do Brasil: pedir aos credores a prorrogação dos prazos de vencimento de créditos concedidos a um governo que, sócio do FMI por livre escolha, se recusa a aceitar os estatutos da entidade, votados pelos representantes do Estado brasileiro. Que lhes dirá se solicitem que o FMI dê seu aval às negociações?

Existe, como já dissemos, a possibilidade de os créditos serem renovados — os bancos só têm a ganhar com isso. Nem todos, porém, estão dispostos a correr mais riscos, pois não sabem quando as forças que estão comandando este processo irracional irão decidir que se liquide o sistema bancário privado para poder ser estatizado. Se um banco estrangeiro, apenas um, recusar-se a prorrogar os créditos e reclamar o pagamento do que lhe é devido, o Brasil verá onde o levou a quase insanidade que se apoderou de nossos dirigentes ao se exibirem perante deputados ou o povo como os salvadores da honra e da dignidade nacionais ameaçadas pelo sr. Jacques de Larosière.

Atente, s. exa. o sr. presidente da República, para esses fatos. Eles estão condicionando o futuro da democracia e, no que lhe diz respeito, o cumprimento de seu mandato, para mal do povo brasileiro.